



Senado aprova regime especial para licitação de obras da Copa

Protestos e ameaça da oposição de recorrer novamente à Justiça marcam discussão de medida provisória que institui formato jurídico diferenciado para contratos e concorrências das grandes competições esportivas no Brasil

O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para as licitações e os contratos para a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016 só depende agora

da sanção presidencial para virar lei, depois da aprovação ontem, pelo Plenário, do Projeto de Lei de Conversão 17/11. Defendido pela bancada governista, que o considera

garantia de lisura nos processos, o novo regime recebeu críticas da oposição, que teme desvio de recursos públicos. A mesma MP criou a Secretaria de Aviação Civil. **3**



Moreira/Murcia/Senado Federal

Plenário discutiu durante horas a medida provisória que cria o RDC e também a Secretaria de Aviação Civil da Presidência, com status de ministério

Setor elétrico quer prorrogar contratos de concessão

Até 2015, 65% dos contratos das usinas hidrelétricas vão vencer e

a legislação determina que sejam feitas novas licitações. **7**



Lio de Paula/Senado Federal

Reunião conjunta da CI e da CAE discutiu a renovação de concessões no setor elétrico: Lúcia Vânia e Delcídio do Amaral (*de pé*) mediarão o debate

Vai à sanção lei que formaliza a profissão de taxista **5**

CAS legitima foros de negociação do SUS **4**

Subcomissão aprova reforma administrativa, que vai à CCJ **2**

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Presidente da CCI, Eunício Oliveira (*E*), conversa com os senadores Eduardo Suplicy, José Agripino e Waldemir Moka: propostas de reforma rejeitadas

Propostas de "distritão" e lista fechada são rejeitadas na CCJ

As duas medidas foram propostas pela Comissão de Reforma Política, que

funcionou no primeiro semestre. Decisão vai ao Plenário. **3**

Dorivan Mourinho/Senado Federal



Senador Cyro Miranda (*E*) preside reunião da Comissão de Educação, ao lado do coordenador-geral do Fundeb, Vander Oliveira Borges, e do professor da USP José Marcelino Pinto

Saída para melhorar educação é boa gestão

Para participantes de debate na CE, gestão dos investimentos é que fará a diferença na qualidade da educação. **6**

Projeção é do senador Ricardo Ferraço, cujo relatório foi aprovado ontem à noite na subcomissão da reforma administrativa do Senado. Texto ainda vai à CCJ e ao Plenário

Reforma economiza R\$ 150 milhões ao ano, diz relator

UMA ECONOMIA ANUAL de R\$ 150 milhões no orçamento do Senado. Essa é a estimativa com a aprovação, ontem à noite, da reforma administrativa (PRS 96/09) do Senado. O texto obteve a unanimidade da subcomissão que debateu o tema, e agora passará pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, pelo Plenário.

Para o relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o principal ponto é a austeridade.

– Nós não contabilizamos os valores finais, mas seguramente a reforma vai oferecer uma economia de pelo menos R\$ 150 milhões por ano – comemorou.

O texto prevê o corte de cerca de 45% no número de funções, que passam de 2.072 para 1.129. Nos gabinetes, o número máximo de cargos em comissão será de 55 – atualmente podem chegar a 79.

Os senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Benedito de Lira (PP-AL) propuseram que os ocupantes de algumas funções



Relator Ricardo Ferraço conversa com presidente da subcomissão, Eduardo Suplicy, e com Valdir Raupp: 20 emendas foram acatadas total ou parcialmente

recebessem uma gratificação maior para compensar o aumento na responsabilidade. A alteração foi parcialmente acatada: apenas os chefes de serviço terão o aumento. O corte das funções foi mantido.

Outras alterações propostas foram rejeitadas pelo relator, como nas estruturas da Biblioteca e do programa Interlegis.

Benedito de Lira também defendia uma estrutura “menos

enxuta” para a Secretaria de Comunicação Social. O texto reduz de 101 para 82 o número de funções nesse setor.

Para os senadores, a proposta ainda não é a ideal, mas a possível na comissão, composta também por Cícero Lucena (PSDB-PB) e Eduardo Suplicy (PT-SP), que presidiu os trabalhos. Das 31 emendas apresentadas, 20 foram acatadas, total ou parcialmente.

Discussão sobre novas regras começou há mais de dois anos

O projeto que altera o regulamento administrativo do Senado é resultado de mais de dois anos de debates, audiências públicas e votações. O processo começou em março de 2009, após denúncias de nepotismo, pagamentos indevidos e atos secretos.

O Senado encomendou à Fundação Getúlio Vargas (FGV) um estudo sobre o tema, que foi entregue em maio daquele ano. Em julho, foram anunciadas 36 medidas, tomadas por meio de atos e resoluções internas. Entre elas, a redução nos valores de contratos

de mão de obra terceirizada e mudanças na regulamentação das cotas de passagens aéreas.

O PRS 96/09, da Mesa Diretora – com base no estudo da FGV, emendas dos senadores e sugestões dos servidores – começou a tramitar em dezembro de 2009. Em fevereiro de 2010, foi criada subcomissão temporária no âmbito da CCJ para a análise do projeto. O primeiro relatório foi entregue no mesmo ano. Em 2011, a subcomissão voltou a funcionar e chegou ao documento elaborado por Ricardo Ferraço.



O presidente José Sarney recebeu ontem visita do deputado José Bono Martínez, presidente das Cortes Gerais da Espanha, que equivalem à Câmara dos Deputados. Sarney deu as boas-vindas a Martínez e sua comitiva e destacou as ligações culturais e históricas do Brasil com a Espanha. Segundo Sarney, as relações diplomáticas entre os dois países são excelentes. Ele também disse que, apesar dos

problemas econômicos, a Espanha vai superar a fase difícil. – A Espanha é maior que todos os problemas – afirmou. Sarney também elogiou a literatura espanhola e disse que o livro *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, é uma das obras que “levaria para a eternidade”. Sarney e Martínez conversaram sobre o processo legislativo no Senado e a realidade política brasileira.

Teto remuneratório constitucional

Prezadas servidoras,
Prezados servidores,

Em resposta à consulta formulada pelo presidente do Senado Federal, por meio do OF. 029/2009-SCINT/GAB, que deu origem ao Processo TC 016.165/2009-5, o Tribunal de Contas da União publicou no DOU de ontem [anteontem], 5 de julho de 2011, o Acórdão 1.745/2011-Plenário, que define as rubricas que compõem o teto remuneratório constitucional, nos seguintes termos:

9.2. esclarecer à Presidência do Senado Federal que:

9.2.1. as rubricas que compõem o teto remuneratório constitucional e que são excepcionadas de sua incidência são as definidas na Resolução STF 318/2006 e das resoluções CNJ 13/2006 e 14/2006, nos termos dos acórdãos 1.199/2009 e 2.274/2009-TCU-Plenário;

9.2.2. as parcelas identificadas nas resoluções indicadas no item anterior são aplicáveis aos demais Poderes da União;

9.2.3. a remuneração pelo exercício de função comissionada ou cargo em comissão está sujeita ao teto remuneratório constitucional em qualquer situação, e não apenas se superar, por si só, aquele limite.

Cumprir, ainda, que decisão liminar proferida pelo Juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública 15.455-39.2011.4.01.3400, determinou os critérios a serem observados pelo Senado Federal com relação ao teto constitucional.

Em vista dessas deliberações, a folha de pagamento do mês de julho já refletirá os critérios estabelecidos, conforme extrato da decisão judicial abaixo transcrito.

Diretoria-Geral do Senado Federal

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Novas varas na Justiça do Trabalho

14h A pauta de votações do Plenário tem como um de seus itens projeto que cria varas do trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT).

Presidência Sessão Plenária

16h O presidente do Senado, José Sarney, preside a ordem do dia.

CRA Consumo de agrotóxicos

8h30 Audiência pública sobre o consumo de agrotóxicos no Brasil. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ouve representantes da Embrapa, da Anvisa, da Fundação Oswaldo Cruz e de outras entidades.

CI Audiência conjunta para ouvir ex-ministro

9h Comissão de Serviços de Infraestrutura vota requerimento para realizar audiência conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para ouvir o ex-ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e o diretor do Dnit, Luiz Antônio Pagot.

CDH Erradicação do trabalho escravo

9h Para debater a erradicação do trabalho escravo, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ouve, entre outros, o coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo, Domingos Dutra.

CMA Substituição de embalagens plásticas

9h Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, projeto que obriga fornecedor de serviços a manter atendimento telefônico para cancelamento e proposta que institui programa de substituição de embalagens plásticas por biodegradáveis.

CRE Sabatina de diplomatas

10h A Comissão de Relações Exteriores se reúne para sabatar e votar indicados para ocupar os cargos de embaixadores do Brasil junto à Índia, Butão, Finlândia, Comores, Seicheles, Trinidad e Tobago e São Tomé e Príncipe.

CPI do Tráfico Pedidos de investigação

11h Reunião administrativa da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas vota requerimentos. Foram convidados o presidente da ONG Safernet Brasil, Thiago Tavares de Oliveira, e o diretor da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal, Delano Cerqueira.

Drogas Experiência dos movimentos sociais

14h Audiência pública da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros sobre experiência de movimentos sociais na prevenção à dependência química de álcool, crack e outras drogas.

Rio+20 Economia verde

18h A Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, vinculada à CRE, debate economia verde com representantes da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e da comunidade acadêmica.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Senado homenageia Itamar Franco

O Senado fará uma sessão especial no dia 10 de agosto para homenagear o senador e ex-presidente Itamar Franco, falecido no último sábado. O requerimento para a realização da sessão, apresentado pelo senador Fernando Collor (PTB-AL), foi aprovado ontem pelo Plenário da Casa.

Randolfe também assinou convite a Nascimento

A edição de ontem do *Jornal do Senado* deixou de informar que o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) é um dos autores do requerimento para que o ex-ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, seja ouvido na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre denúncias de corrupção na pasta. O requerimento, inicialmente de convocação e apresentado em conjunto com o senador Pedro Taques (PDT-MT), foi aprovado como convite.

Outro requerimento acatado, dos mesmos senadores, convida o diretor afastado do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, e outros dirigentes do ministério para falarem sobre as denúncias. Matéria na página 7 do *Jornal* tratou do assunto.

CCJ rejeita voto em lista fechada e "distritão" na reforma política

A proposta da Comissão de Reforma Política de alterar o modelo de eleição de deputados federais, estaduais e vereadores foi rejeitada ontem pelos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Foi derrotada a proposta de implantar a chamada lista fechada, em que os eleitos são dispostos em lista preordenada pelos partidos. Também foi derrotado o sistema apelidado de "distritão", semelhante ao do voto majoritário, que constava em emenda substitutiva.

A lista fechada figurava entre as 11 sugestões aprovadas pela Comissão de Reforma Política, que determinou seus trabalhos no início de maio. Encaminhadas ao presidente do Senado, José Sarney, os textos foram para a análise da CCJ.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que apresentará recurso ao Plenário. Se confirmada a rejeição à PEC 43/11, que seria enviada à Câmara, dificilmente o sistema proporcional em vigor será substituído.



Humberto Costa (E), Renan Calheiros e Romero Jucá debatem durante a reunião

Vanessa Grazziotin defende maior participação das mulheres na política

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) propôs ontem em Plenário ampliar o debate sobre a reforma política, para assegurar uma participação mais ampla das mulheres no processo político. A senadora defendeu a adoção do sistema eleitoral de lista fechada, preordenada pelos partidos, com alternância entre

candidatos e candidatas.

– Nós, mulheres, precisamos nos unir no Brasil inteiro e desenvolver um grande movimento para sensibilizar a sociedade e o Parlamento, a parte masculina do Parlamento, da importância de inserir nessa reforma política o componente referente às mulheres.

Malta: ex-ministro "defenderá sua honra no Senado"



Felipe Barros/Senado Federal

O líder do PR no Senado, Magno Malta (ES), informou ontem ao Plenário que Alfredo Nascimento pediu demissão, em caráter irrevogável, do cargo de ministro de Transportes.

Magno Malta também disse que Alfredo Nascimento, que é senador licenciado pelo PR do Amazonas, retomar o mandato na Casa e irá "defender sua honra". O senador capixaba afirmou que o agora ex-ministro vai colocar todos os seus sigilos à disposição dos órgãos de investigação e fiscalização do país.

Sarney diz que CPI depende de requerimento

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que, se receber um requerimento com o mínimo de 27 assinaturas, o documento será lido e a CPI dos Transportes será instalada. A oposição defende a criação da CPI para apurar denúncias de irregularidades no Ministério dos Transportes publicadas pela revista *Veja*.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou terça-feira requerimentos convidando para serem ouvidos em audiência Alfredo Nascimento, o diretor afastado do Dnit, Luiz Antônio Pagot, e ex-dirigentes da pasta.

CAS rejeita proibição de uso de antimicrobianos em animais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 374/09, que visava proibir o uso não terapêutico de antimicrobianos em animais destinados à produção de alimentos. O texto determinava que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) teria a competência para fiscalizar o uso desses produtos.

Para o relator, senador Paulo Bauer (PSDB-SC), que votou contra a proposta, é possível manter

o uso consciente dos antimicrobianos para a produtividade da criação animal sem prejuízo dos aspectos de segurança alimentar.

– Isso pode ser atendido mediante a adoção de práticas adequadas de manejo, investimento em acompanhamento técnico, inspeção e fiscalização da produção pecuária – declarou, explicando que o uso garante maior produtividade na avicultura, na pecuária e na suinocultura.

Por 46 votos favoráveis a 18 contrários, vai à sanção presidencial a criação do Regime Diferenciado de Contratações para eventos esportivos que o Brasil sediará de 2013 a 2016

Senado aprova regime de contrato para obras da Copa

APESAR DAS CRÍTICAS e mesmo da ameaça da oposição de entrar com mais uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), o Plenário aprovou, ontem, o projeto de lei de conversão (PLV 17/11) que cria o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para as licitações e contratos necessários à realização da Copa do Mundo de 2014, da Copa das Confederações de 2013 e das Olimpíadas de 2016. O PLV é decorrente da medida provisória (MP 527/11) que criou a Secretaria de Aviação Civil e foi aprovado por 46 votos favoráveis e 18 contrários.

O relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), concentrou as justificativas para o RDC na necessidade de se agilizar e baratear as obras para os eventos esportivos. De acordo com o governo, o RDC servirá ainda

para aumentar a competitividade entre os licitantes, reduzindo custos. Pelo texto, o regime deve ser adotado exclusivamente para obras relacionadas à Copa do Mundo, à Copa das Confederações e às Olimpíadas e para obras de infraestrutura de aeroportos num raio de até 350 quilômetros das cidades-sedes dos jogos.

– Muitos argumentam que se pode criar uma situação de mais abusos. Ora, duvido que uma lei possa fazer isso, mesmo porque nós temos instrumentos de controle hoje inigualáveis. Duvido que algum país do mundo tenha um Tribunal de Contas da União igual ao do Brasil. Duvido que exista um Ministério Público Federal pelo menos que chegue aos pés do MPF brasileiro em termos de investigação, em termos de comprometimento com a causa pública. Por isso,

não tenho receio que a lei possa abrir brechas para algo descabido – afirmou o relator.

O posicionamento do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, entretanto, foi um dos argumentos mais usados pela oposição para criticar o RDC. Gurgel tem afirmado que o Ministério Público estuda entrar com uma ação contra a proposta, por considerar que ela abre "brecha para o mau uso da verba pública".

– Essa medida já foi criticada pelo Ministério Público Federal e por ministros do Supremo. Além de sua flagrante inconstitucionalidade, ainda abre portas e janelas para a corrupção desenfreada – afirmou o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), que anunciou a intenção de seu partido, junto às demais legendas de oposição, de ingressar com ação no STF contra o projeto.



Maioria manteve o texto aprovado pelos deputados. Para o relator, Inácio Arruda, país tem instrumentos de controle adequados

Contratação integrada é a principal novidade

O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) foi proposto pelo governo federal como forma de simplificar o processo licitatório previsto pela Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e agilizar a execução das obras necessárias para a realização dos eventos esportivos.

Entre as novidades trazidas pelo RDC, está a contratação integrada de projeto e execução nas licitações, permitindo que todas as etapas de uma obra sejam feitas por uma única empresa.

Para os governistas, a contratação integrada é considerada "ponto positivo" do RDC, ao permitir que o poder público licite todos os procedimentos de uma vez, reduzindo os custos do processo e o valor da obra.

Confirmada criação da Secretaria de Aviação Civil

O texto original da MP 527/11 tratava apenas do setor de aviação civil do país. A proposta criou a Secretaria de Aviação Civil, alterou a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e da Infraero para se adequar a nova estrutura funcional e criou novos cargos para o setor. A secretaria passa a integrar a Presidência da República e a atribuição principal será a de formular políticas e assegurar infraestrutura para a aviação civil.

A pasta, que já foi criada pelo governo e está sob o comando do ministro Wagner Bittencourt, ganhou a responsabilidade pelo setor, que antes ficava a cargo do Ministério da Defesa. Já a Anac e a Infraero passam a responder ao ministro da Aviação Civil.

Para Ataídes, novo regime é um absurdo e "um crime"

A MP da Copa desvirtua a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e fere a Constituição, avaliou ontem o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Para ele, a MP é um absurdo, porque "não há transparência com o dinheiro do povo", referindo-se ao uso do RDC para as obras da Copa.

Ataídes Oliveira informou ter feito diversos questionamentos sobre a MP para o ministro dos Esportes, Orlando Silva, mas não ficou satisfeito com os esclarecimentos. O senador não entende a razão de se instituir sigilo para contratações de obras da Copa.



Para Ataídes, explicações do ministro não foram suficientes

– Povo brasileiro, isso é um crime. O dinheiro é seu – alertou Ataídes.



CAS aprova o parecer favorável do senador Humberto Costa sobre a gestão do SUS nos estados e municípios

Conselhos da área de saúde podem negociar pelo SUS

Os conselhos nacionais dos Secretários de Saúde (Conass) e de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) são reconhecidos como integrantes da gestão compartilhada do SUS

OS FOROS DE negociação e pactuação entre gestores para aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS) poderão ter sua legitimidade reconhecida por lei.

De acordo com projeto de lei da Câmara (PLC 158/10) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) são reconhecidos como as entidades representativas dos entes estaduais e municipais do SUS. Os conselhos de secretarias municipais de Saúde (Cosems) são reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, desde que vinculados institucionalmente aos



Senador Jaime Campos, presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Conasems.

Entre os objetivos desses dois órgãos, está o de decidir sobre aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS. A decisão é terminativa e vai à sanção.

Para o autor do projeto,

deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), o Conass e o Conasems já representam os gestores estaduais e municipais do SUS, mas "carecem de precisão legal que lhes atribua conhecimento na forma da lei e conseqüentes formalizações de parcerias, colaboração institucional e recebimento de recursos do Poder Executivo federal para o desempenho de seu papel". O projeto "proporcionará a legalidade necessária ao modelo de governança adotado na prática pelo SUS".

Para o relator, senador Humberto Costa (PT-PE), é impensável que o SUS não tenha instâncias de pactuação para a articulação e a divisão de responsabilidade entre as diversas esferas de gestão do sistema.

Cuidador de deficiente pode ter falta abonada

O trabalhador poderá ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para atender às necessidades de pessoa portadora de deficiência ou de doença que exija tratamento especial, que esteja sob sua responsabilidade legal, segundo o PLS 369/09, aprovado ontem na CAS, em decisão terminativa.

A proposta do ex-senador Raimundo Colombo estabelece que empresas com mais de 15 funcionários concedam ausência por até dez horas durante a jornada semanal para o trabalhador atender às necessidades de pessoa portadora de deficiência física, sensorial ou mental que esteja sob sua responsabilidade.

O benefício também poderá ser gozado caso o trabalhador seja responsável por pessoa com doença que exija atenção permanente ou tratamento educacional, fisioterápico ou terapêutico ambulatorial tanto em instituição especializada como na própria residência.

Comissão debate agentes comunitários de saúde

A situação dos agentes comunitários de saúde será discutida na CAS, por sugestão de Humberto Costa (PT-PE). O senador sugeriu que sejam convidados para o debate representantes dos ministérios da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS).

Além deles, representantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias também serão convidados a participar da audiência.

O agente comunitário de saúde realiza atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde sob supervisão do gestor local do SUS. O Programa de Agentes Comunitários de Saúde é hoje considerado parte do Saúde da Família.

Lídice anuncia debates sobre direitos da mulher

Lídice da Mata (PSB-BA) informou ontem ao Plenário a aprovação, pela Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, de requerimentos de sua autoria para a realização de audiências públicas sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e sobre os direitos dos trabalhadores domésticos.

O primeiro debate será no dia 18 de agosto, na mesma semana da Marcha das Margaridas, movimento de mulheres do campo, que ocorrerá nos dias 16 e 17 em Brasília.

O outro encontro vai discutir



Lídice também propôs audiência sobre trabalhadores domésticos

os resultados da 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em que foram debatidas normas para equiparar os trabalhadores domésticos aos demais trabalhadores. A Constituição brasileira não garante a esses trabalhadores direitos como adicional noturno, hora extra e FGTS.

Violência contra as mulheres será discutida em subcomissão

A situação da violência contra a mulher e os programas oficiais de proteção às vítimas serão debatidos em audiência pela Subcomissão Permanente

em Defesa da Mulher. A sugestão, apresentada por Ângela Portela (PT-RR), é uma das cinco aprovadas ontem.

Outras duas audiências sugeridas pela senadora vão discutir: pesquisa sobre a violência contra as mulheres, realizada pelo Sesc e a Fundação Perseu Abramo, e as políticas públicas para a saúde da mulher, inclusive da indígena.

A subcomissão vai ainda debater, por requerimento de Lidice da Mata, a equiparação dos trabalhadores domésticos aos demais. Lidice também propôs audiência sobre direitos sexuais e reprodutivos.



Ângela Portela propôs três dos temas de audiências aprovados ontem

Mozarildo quer regulamentação urgente de decreto sobre saúde

A aplicação urgente do decreto que regulamenta a Lei Orgânica da Saúde foi defendida por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele disse que a norma, de 29 de junho, pode coibir desvios e a má utilização de recursos.

Mozarildo citou denúncias de que o governo federal gastou R\$ 14 milhões em cirurgias e internações de pessoas mortas, cujos documentos foram usados pelos fraudadores. O Tribunal de Contas da União (TCU) afirmou que o Ministério da Saúde controla mal seus gastos, disse também o senador. Segundo ele, em Roraima, uma operação dos ministérios públicos federal e estadual e da Polícia Federal



Mozarildo pede fiscalização de denúncias sobre fraudes no setor

constatou um roubo de R\$ 30 milhões na saúde. A própria Controladoria-Geral da União (CGU) identificou desvio de R\$ 500 milhões nos últimos cinco anos na Funasa, concluiu.

Presidente Dilma sanciona a lei do Suas

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) agora é lei. O Projeto de Lei da Câmara 189/10 que criou o sistema foi sancionado ontem pela presidente Dilma Rousseff, em cerimônia no Palácio do Planalto com a presença do presidente do Senado, José Sarney. A proposta, de autoria do Poder Executivo, havia sido aprovada pelo Senado há um mês.

Dilma agradeceu aos parlamentares presentes pela aprovação da lei e destacou que o Brasil conta a partir de agora com uma legislação à altura do papel da assistência social no país.

Inspirado no modelo do Sistema Único de Saúde (SUS), com aten-

dimento e organização dos serviços em bases regionais (abrangências municipal, estadual ou regional), o Suas tem como objetivo garantir o direito à assistência social e proteção das famílias e indivíduos em situações de risco e vulnerabilidade social.

Números do Suas

- 99,5% dos municípios já aderiram ao sistema
- 7,6 mil Centros de Referência de Assistência Social (Cras)
- 2,1 mil Centros Especializados de Assistência Social (Creas)
- 3,7 milhões de idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência recebem o benefício de prestação continuada (um salário mínimo).
- 220 mil profissionais
- 642 mil pessoas no Projevem Adolescente
- 819 mil crianças no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)

Para Santiago, sistema vai acabar com a miséria

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) comemorou em Plenário a sanção da lei que criou o Suas, que tem como objetivo, conforme afirmou, "a extinção da pobreza extrema no Brasil".

Santiago explicou que o Suas beneficiará cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade, excluídos pela pobreza ou do acesso às políticas públicas, vítimas de violência no núcleo familiar, sem inserção no mercado de trabalho ou envolvidas em alternativas de sobrevivência que podem



Wilson Santiago elogia objetivos do Suas e prevê redução da pobreza extrema

representar riscos social e pessoal.

Um dos principais objetivos do novo sistema, frisou o senador, é atender de forma efetiva a família e será ferramenta para que os direitos constitucionais sejam garantidos.

– O Suas será mais um instrumento que o estado brasileiro terá para lutar contra a infâmia da miséria – disse.

Comissão de Assuntos Sociais aprovou em caráter terminativo e agora segue para sanção proposta que define quatro categorias profissionais

Aprovada regulamentação da profissão de taxista

SEGUIU PARA SANÇÃO da presidente Dilma Rousseff o projeto que regulamenta a profissão de taxista, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. O relator da matéria foi o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

O projeto de lei da Câmara (PLC 27/11), de autoria do ex-deputado Confúcio Moura, define a profissão como sendo a atividade de motorista de transporte público remunerado de até sete passageiros, em veículo automotor, próprio ou de terceiro.

De acordo com a proposta, o taxista deverá ter habilitação para conduzir veículo automotor, em uma das categorias B, C, D ou E, além de certificação específica para exercer a atividade. O profissional deverá ainda participar de curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos.

Quatro categorias de taxistas são definidas pelo projeto: autônomo (que trabalha por conta própria), empregado (subordinado a uma empresa), auxiliar de autônomo e locatário (que aluga veículo de propriedade de pessoa jurídica titular de autorização, regido por contrato de locação).

Em municípios com mais de 50 mil habitantes, o projeto determina que será obrigatório o uso de taxímetro, anualmente aferido pelo órgão metrológico competente.



Proposta aprovada pela CAS prevê que uso de taxímetro será obrigatório nas cidades com mais de 50 mil habitantes

Aposentadoria especial poderá ser facilitada

A aposentadoria especial poderá ser facilitada para quem trabalhava em contato com agentes nocivos à saúde, mas ficou desempregado por conta da falência da empresa. A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em decisão terminativa, proposta (PLS 203/09) que garante esse direito ao trabalhador, ao permitir que essa declaração seja fornecida pela massa falida do empregador ou pela entidade sindical competente.

Em circunstâncias normais, a comprovação da exposição do empregado a substâncias tóxicas – para fins de aposenta-

doria especial – poderá ser feita pelo empregador ou preposto. Segundo a lei que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91), basta comprovar a relativa exposição do segurado a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial.

Essa comprovação é feita por formulário do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), emitido pela empresa, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedi-

do por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

Mas, segundo argumentou o autor do projeto, o ex-senador Sérgio Zambiasi, a legislação trabalhista deixa descobertos aqueles que atuavam em condições de risco em empresas que decretaram falência.

A relatora, senadora Ângela Portela (PT-RR), concorda com o projeto, mas apresentou uma emenda determinando que caberá ao síndico da massa falida contratar técnico especializado para elaborar o documento contendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador.

Sommelier também passa a ter regulação

Em outra decisão terminativa tomada ontem, a CAS aprovou a regulamentação da profissão de *sommelier*, definido pelo PLC 17/11 como o profissional que “executa o serviço especializado de vinhos em empresas de eventos gastronômicos, hotelaria, restaurantes, supermercados e enotecas e em comissaria de companhias aéreas e marítimas”.

O autor do projeto enviado à sanção, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), incluiu ainda artigo para deixar claro que somente podem exercer a profissão os portadores de certificado de habilitação em cursos ministrados por instituições reconhecidas, nacionais ou estrangeiras – ou os que, quando a lei entrar em vigor, já estejam exercendo efetivamente a profissão há mais de três anos.

Como alega o autor, a regulamentação da profissão melhora a imagem das indústrias vinícola e turística. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), lembra que os *sommeliers* vêm alcançando o reconhecimento graças à “a competente formação técnica”.

Ano Volpe/Senado Federal



Na reunião da CCJ, José Lucio Munhoz (E), José Roberto Neves Amorim, senador Eunício Oliveira e Adilson Gurgel de Castro

Comissão acolhe indicações para CNJ e CNMP

Foram aprovadas ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) as indicações dos nomes de José Roberto Neves Amorim e José Lucio Munhoz para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e Adilson Gurgel de Castro para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). As indicações dependem ainda de votação do Plenário do Senado.

José Roberto Neves Amorim é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e foi indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Relatada pelo senador Pedro Taques (PDT-MT), a mensagem recebeu a aprovação unânime da CCJ.

José Lucio Munhoz é juiz da

3ª Vara do Trabalho de Blumenau e foi indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho. O relator da mensagem, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), elogiou a atuação profissional do indicado, que foi aprovado também por unanimidade.

Indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Adilson Gurgel é mestre em Direito e professor do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A indicação foi relatada pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO) e aprovada com 13 votos favoráveis e 1 abstenção.

Na sabatina, os três indicados, respondendo a questionamento

do senador José Agripino (DEM-RN), manifestaram-se favoravelmente à criação de um código de ética para membros do Ministério Público. O advogado Adilson Gurgel se comprometeu, inclusive, a apresentar projeto junto ao conselho propondo a criação do código de ética para a carreira.

Em resposta ao senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), os sabatinados também se manifestaram favoravelmente a aprovação da PEC dos Recursos (PEC 15/11), do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que muda as regras dos recursos nas cortes superiores. Na avaliação dos conselheiros indicados, a alteração deverá contribuir para dar maior agilidade no julgamento de processos.

Defensoria Pública nos estados ganha autonomia orçamentária

A Comissão de Constituição e Justiça também aprovou ontem projeto de José Pimentel (PT-CE) que garante a separação do orçamento de pessoal das defensorias públicas dos estados das despesas do Poder Executivo estadual. Desse modo, são as próprias defensorias que vão responder por esses gastos, e não mais o Executivo.

Pelo PLS 225/11, o limite de despesas do Poder Executivo de cada estado com pessoal cairá

de 49% para 47% da receita líquida corrente. A diferença de 2% é atribuída à Defensoria Pública, órgão que presta assistência jurídica gratuita para quem comprovar insuficiência de recursos.

As alterações são feitas por meio da inclusão das defensorias estaduais nas regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), que impõe limites aos gastos públicos com pessoal.

Vão a Plenário projetos que criam varas do Trabalho

Três projetos de lei que criam novas varas do Trabalho em Pernambuco, Goiás e Sergipe foram aprovados ontem na CCJ e seguiram para decisão em Plenário. As propostas são do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O TRT da 6ª Região, em Recife, ganha mais nove varas do Trabalho, 12 vagas de juiz, 120 cargos efetivos e 11 em comissão. O quadro do TRT da 18ª Região, em Goiânia, aumenta em 12 varas, 25 juizes, 22 efetivos e 12 comissionados. Na 20ª Região, em Aracaju, três varas, seis juizes, 29 efetivos e três cargos em comissão.

PEC dos Recursos só será votada após o recesso

Foi lido ontem na CCJ substitutivo do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/11, que visa evitar que os recursos aos tribunais superiores sejam usados como instrumento para atrasar decisões judiciais definitivas. Os senadores só devem votar o projeto depois do recesso.

A chamada PEC dos Recursos foi sugerida pelo presidente do STF, ministro Cezar Peluso. O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) é o primeiro signatário da proposta.

Participantes de debate na Comissão de Educação sobre o novo PNE também defendem melhor salário para o professor, mais recursos ao setor e mudança no pacto federativo

Melhoria da educação pública depende de gestão eficiente

MAIS DO QUE uma simples ampliação da oferta, é a gestão eficiente e responsável de investimentos que vai fazer a diferença na qualidade da educação pública brasileira. A conclusão é dos participantes do debate realizado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação na Câmara. Os focos da discussão foram o financiamento do setor e o regime de colaboração financeira entre União, estados e municípios.

Após afirmar não haver correlação direta entre volume de investimentos e aprendizagem, Mozart Neves Ramos, representante do Conselho de Governança do Movimento Todos pela Educação, ponderou que, se não houver melhoria na eficácia de uso das verbas na área, o sistema público não vai avançar na

velocidade que o país precisa.

Mozart Ramos considerou fundamental, entre outras medidas, valorizar a carreira do magistério, melhorando o salário para atrair professores mais bem preparados, e acabar com a ingerência política na administração das escolas e das próprias secretarias de Educação.

Apesar de prevalecer o entendimento de que dinheiro não é tudo, o coordenador-geral do Fundeb, Vander Oliveira Borges, lamentou que a elevação da carga tributária não tenha revertido em prol do ensino público. O conjunto dos tributos saltou de 24% do PIB em 1989 para 34% do PIB em 2009, mas essa elevação foi provocada pelo aumento de contribuições e taxas, e não de impostos, disse ele.

– Para recompor as perdas ao longo dessas duas décadas, seria preciso assegurar R\$ 182

bilhões para a educação em 2011. Essa conta poderia ser fechada elevando-se de 18% para 23% a destinação de impostos federais e de 25% para 31,5% a destinação de impostos estaduais e municipais para a educação.

Depois de apontar falha no projeto do PNE quanto à definição de responsabilidades dos entes da Federação, o professor José Marcelino de Rezende Pinto, da Universidade de São Paulo (USP), alertou para a sobrecarga dos municípios ao terem de bancar e gerir a educação infantil e o ensino fundamental.

– Esse é o grande desequilíbrio do pacto federativo: quem tem menos recursos tributários, tem mais atribuições. É tarefa do Parlamento pensar uma solução definitiva para o problema, pois o reforço financeiro dado pelo Fundeb tem data para acabar (2020).



Cyro Miranda (2º à esq.), entre Mozart Neves Ramos (E), Vander Oliveira Borges e José Marcelino, dirige audiência pública

Cristovam propõe piso nacional de R\$ 9 mil

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs como saída para o nó educacional do país uma medida que defende já há algum tempo: federalizar a educação básica, que reúne educação infantil e ensinos fundamental e médio. Um dos trunfos dessa política seria, segundo o ex-ministro da Educação, a criação de uma carreira nacional de magistério, com salários iniciais para novos professores girando em torno de R\$ 9 mil.

Segundo explicou, a ideia seria selecionar cerca de 100 mil professores por ano, que atenderiam a demanda dos 5.564 municípios ao fim de duas décadas. Os

integrantes dessa nova carreira não teriam estabilidade absoluta, mas responsável, e seriam submetidos a avaliação sistemática, com desempenho ratificado pela comunidade escolar.

– Vamos espalhar colégios Pedro II, de Aplicação e Militares pelo país afora – comentou.

A proposta foi recebida com simpatia pelos participantes do debate na CE. O professor José Marcelino de Rezende Pinto, da Universidade de São Paulo (USP), cobrou a injeção de mais verbas federais no fundo da educação básica (Fundeb). Por sua vez, o representante do Movimento Todos pela Educação, Mozart Ne-

ves Ramos, defendeu a oportunidade de melhor remuneração e capacitação para os professores já inseridos na rede pública.

Autora do requerimento de debate na CE, junto com Cristovam e os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Marisa Serrano (PSDB-MS), a senadora Marinor Brito (PSOL-PA) reclamou do fato de o governo federal ainda não ter enviado o balanço dos dez anos do último PNE. Também protestou contra a recusa do coordenador-geral do Fundeb, Vander Oliveira Borges, em analisar a planilha de metas inseridas pelo Poder Executivo no projeto do novo PNE.

ROLLEMBERG CONTESTA REPORTAGEM SOBRE UNB

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) contestou reportagem da revista *Veja* que aponta prática de perseguição ideológica na Universidade de Brasília (UnB). Ele disse que discorda do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) e que ouviu professores sobre o assunto.

– Todos foram unânimes em dizer de forma categórica que a matéria repercutida aqui pelo senador Demóstenes Torres não representa a realidade da UnB, que prima pelo mérito acadêmico – afirmou ele, apontando o espírito democrático do reitor, José Geraldo de Sousa Junior.



Waldemir Barreto/Senado Federal

RANDOLFE PEDE SOLUÇÃO PARA CRISE DA CEA

A crise econômica e financeira enfrentada pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) foi lamentada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Segundo o senador, a estatal tem uma dívida calculada em R\$ 1,5 bilhão, sobretudo com a Eletronorte.

Randolfe ressaltou que o Amapá não tem sua rede de distribuição de eletricidade interligada com o resto do país e depende de usinas térmicas. Com a futura ligação com o “linhão” de transmissão de Tucuruí e a construção de hidrelétricas, “o estado pode se tornar um gigante com pés de barro”, disse.



Waldemir Barreto/Senado Federal

MARINOR APOIA PLEITO DE TÉCNICOS DE UNIVERSIDADE

Marinor Brito (PSOL-PA) pediu à presidente da República e ao ministro da Educação que atendam às reivindicações dos técnicos das universidades, em greve desde o mês passado. Eles reivindicam o cumprimento do plano de carreira negociado em 2004, que resultou na Lei 11.091/05.

Desde maio, afirmou, os trabalhadores vêm pedindo o atendimento dos acordos estabelecidos em greves anteriores. A senadora pediu que o governo “troque a postura de abandono pela reconstrução do que é um patrimônio do povo brasileiro”.



Waldemir Barreto/Senado Federal

PINHEIRO DEFENDE PISO PARA AGENTE DE SAÚDE

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu, na terça-feira, a aprovação de projeto de lei, em tramitação na Câmara dos Deputados, que institui um piso salarial nacional para agentes de saúde.

O senador também festejou a realização de sessão de homenagem à Independência da Bahia, concretizada em 2 de julho de 1823; e o início do Plano Nacional de Banda Larga, que vai oferecer à população conexões de 1 megabyte por segundo, a serem comercializadas entre R\$ 29 e R\$ 35.



Marcio Mariz/Senado Federal

PAIM: DILMA VAI LIBERAR R\$ 1 BI PARA PROFESSOR

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem anúncio feito pela presidente Dilma Rousseff de que o governo federal pretende liberar R\$ 1 bilhão do Orçamento da União para auxiliar os estados e municípios a pagarem o piso nacional dos professores, aprovado durante o governo Lula.

– O salário de professor com curso superior equivale a 60% de qualquer outro profissional. Por isso, é fundamental garantir que se pague o piso – disse ele, destacando que o PNE 2012-2020 deverá conter regras para o plano de carreira, além de um plano de valorização permanente.



Waldemir Barreto/Senado Federal

DELCÍDIO RELATA REUNIÃO SOBRE QUESTÃO INDÍGENA

O senador Delcídio do Amaral (PT-MS) relatou em Plenário reunião que teve com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a demarcação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul. O estado tem a segunda população indígena no Brasil.

De acordo com o senador, participaram da reunião especialistas que historiaram todos os conflitos e dificuldades enfrentados no estado sobre o assunto. O parlamentar disse ter a certeza de que o ministro irá encontrar uma solução para o problema.

No mesmo discurso, Delcídio do Amaral manifestou seu pesar pelo falecimento do ex-presidente e senador Itamar Franco, no último sábado, vítima de um acidente vascular cerebral, em São Paulo. Ele se tratava de uma leucemia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Wellington Dias • José Sarney

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vídgal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

* Licenciados



Lúcia Vânia, presidente da CI, coordena debate sobre a renovação de concessões: Paulo Skaf (à direita da senadora), falando pelas indústrias, é contra

Concessionários de energia querem prorrogação de contratos

No período de 2014 a 2015, 65% dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas vencerão e a Constituição e a lei determinam que sejam feitas novas licitações. Os atuais concessionários querem que a lei seja modificada e que os contratos sejam prorrogados. A renovação de concessões no setor elétrico foi o tema de audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).

A presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), lamentou que o governo federal ainda não tenha definido o que pretende fazer ou ao menos sinalizado quais serão as suas diretrizes. Essa indefinição está "gerando angústia" entre os concessionários, disse.

Os representantes das entidades que reúnem as empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica foram unânimes na defesa da prorrogação dos atuais contratos de concessão. Eles reclamaram de "insegurança jurídica" e apresentaram pesquisas mostrando

que 75% da população aprova o serviço de fornecimento de energia elétrica. Para eles, o fato de o Brasil ter a terceira mais cara energia elétrica do mundo deve-se aos impostos e encargos. Segundo essas entidades, para a maioria das usinas a remuneração projetada não foi alcançada e não há flexibilidade para baixar os preços das tarifas.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, assinalou que existe uma lei obrigando a realização de leilões (licitações) ao final dos contratos de concessão e que a lei deve ser respeitada.

– Pelos argumentos que foram colocados, nunca mais devemos fazer concessões, porque a concessão nova gera insegurança jurídica e inconvenientes. Então tem que mudar a lei e dizer que as concessões são eternas – afirmou.

Para Skaf, "há alguma coisa errada" no fato de o Brasil produzir a energia mais barata, que é a hidrelétrica, e ter uma das tarifas de energia mais caras do mundo.

Delcídio acha que revalidação dos contratos é inevitável

O senador Delcídio do Amaral (PT-MS), também autor do requerimento para a realização da audiência pública, disse que o maior problema enfrentado atualmente pelo setor elétrico é o vencimento dos contratos de concessão. Para ele, "cada caso é um caso", e a solução está se encaminhando na direção do desejo dos concessionários.

– Duvido muito que nós não caminhemos para uma prorrogação. As condições em que vai ocorrer são outros quinhentos

– afirmou.

Waldemir Moka (PMDB-MS) sugeriu que a Consultoria Legislativa do Senado elaborasse um estudo, especialmente no que diz respeito ao aspecto jurídico. Ele também solicitou que a CI e a CAE questionassem o governo federal sobre os preparativos para a realização dos leilões, como prevê a lei.

O senador Ivo Cassol (PP-RO) disse que, no final, a sociedade precisa ser a principal beneficiada.

Posição foi manifestada por representantes de universidades durante debate sobre a nova legislação florestal, que precisa ajudar a superar desafio de produzir alimentos

Código deve criar condições para agricultura sustentável

AO MESMO TEMPO em que precisa ajudar o Brasil a atender à demanda mundial por alimentos, que deve dobrar até 2050, a reforma do Código Florestal (PLC 30/11) deve abrir caminho para um novo modelo de desenvolvimento, baseado na sustentabilidade. Essa foi a principal conclusão de representantes do meio acadêmico em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência

e Tecnologia, Carlos Nobre, lembrou que a agricultura sustentável já pode ser considerada novo paradigma de desenvolvimento em todo o mundo. O Brasil, a seu ver, "não deve ficar fora disso".

O próximo Plano Plurianual de Investimentos (PPA), informou, deverá conter um programa de incentivo à recuperação de áreas degradadas, por meio do qual futuras pastagens se tornariam "sorvedoras de carbono". Ele defendeu a agricultura de baixo carbono e a utilização econômica do grande potencial da biodiversidade brasileira.

– Podemos ter uma economia

do século 21 diferenciada, onde o Brasil é líder. O código tem que sinalizar para o futuro do país, não pode olhar só o passado – afirmou.

A importância da preservação do meio ambiente para a agricultura foi ressaltada também pelo diretor do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João de Deus Medeiros. O desaparecimento de espécies de abelhas, informou, está causando impacto à atividade agrícola. Ele citou o caso da produção de maracujá, na qual a polinização vem sendo feita manualmente pelos produtores.



Senador Eduardo Braga, presidente da comissão, entre os seis convidados para a audiência pública de ontem, que teve representantes do Ipea, da SBPC, da ABC e dos ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e da Ciência e Tecnologia

Ministério defende dispensa da recuperação de reserva legal

A isenção da obrigatoriedade de recuperação de reserva legal por pequenos produtores, prevista no projeto do novo código, foi defendida pelo coordenador de Acompanhamento de Promoção de Tecnologia Agropecuária do Ministério da Agricultura, Roberto Lorena. A isenção, disse, representaria "menos que uma gota no rio" e não faria diferença no aquecimento do planeta.

A presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, advertiu que a aprovação do projeto atual poderá "resultar em maior degradação ambiental e reduzir instrumentos de proteção de florestas remanescentes". Da mesma forma,

Elíbio Rech Filho, membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC), afirmou que o país precisa intensificar a produção de alimentos de forma sustentável.

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, alertou que o Brasil tem diante de si um "momento singular", em que um novo código será aprovado pela primeira vez durante um período democrático.

Ele recordou que as maiores possibilidades de aumento da produção de alimentos estão na África e na América. O Brasil, observou Pochmann, concentra um quarto da área disponível para isso e assume, dessa forma, "relevância inimaginável" no mundo.

Braga lembra que lei deve ser "para todo o Brasil"

O presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), ressaltou que o novo código não deve ser dos ruralistas ou dos ambientalistas, mas de todo o Brasil. Para ele, os produtores deveriam receber incentivos à manutenção de reservas legais e áreas de proteção permanente. Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou que o novo código poderá ser "importante ferramenta" para a nova etapa de crescimento do país. Anibal Diniz (PT-AC) ressaltou a importância das novas tecnologias na busca de uma produção agrícola mais sustentável.

Acir Gurgacz quer Anistia para pioneiros de RO



Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu tratamento diferenciado no Código Florestal para os pioneiros de Rondônia, que para lá migraram estimulados pelo governo. Segundo o senador, eles chegaram a desmatar 50% das poses do então território, protegidos pela legislação da época, para ter direito a títulos de terra, mas hoje, "estão recebendo, do Ibama, multas pelo passado".

Geovani Borges homenageia mãe de Sarney



Geovani Borges (PMDB-AP) homenageou a mãe do presidente do Senado, José Sarney, dona Kiola, que faleceu em 2004, pelo centenário de seu nascimento, em 4 de julho. Em trechos de textos de Sarney lidos por ele, dona Kiola é "referência de amor e de confiança, esse porto onde todas as nossas aspirações e esperanças encontram amarras seguras".

Sérgio Petecão critica lei em vigor na Bolívia



Sérgio Petecão (PMN-AC) protestou contra a edição de uma lei pelo Departamento de Pando, na Bolívia, que exige de estudantes brasileiros que cursam Medicina naquele país a apresentação de documento comprovando domicílio em território boliviano. Segundo Petecão, a nova lei está causando grandes transtornos aos estudantes.

Ivo Cassol celebra decreto sobre servidores de RO



Ivo Cassol (PP-RO) comemorou a assinatura, pela presidente Dilma Rousseff, do decreto que regulamenta a transferência dos servidores do extinto território federal de Rondônia para o quadro da União. Com a transposição, que beneficiará mais de 20 mil servidores, o estado de Rondônia vai economizar cerca de R\$ 40 milhões.

Anibal destaca esforço de Viana por economia verde



Anibal Diniz (PT-AC) destacou a viagem do governador do Acre, Tião Viana, à Inglaterra, para defender projeto de economia verde a ser implementado no estado. Viana participou de evento no Fórum Mundial sobre Empresa e Meio Ambiente em 30 de junho e buscou mecanismos de compensação pela preservação da Floresta Amazônica, disse o senador.

Representantes de associações industriais apontam perda de postos de trabalho no setor em função das importações da China e pedem aprovação de projeto que estabelece regulamentação técnica para importados

Perda de participação da indústria na economia preocupa empresários

A PARTICIPAÇÃO DA indústria no produto interno bruto (PIB) brasileiro, que já foi de 35,9% em meados dos anos 1980, caiu para 15,8% este ano. Os dados foram citados pelo diretor-executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Jose Augusto Fernandes, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, como prova de que o país passa por um processo de desindustrialização.

Por sua vez, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto, disse que as *commodities* já representam 71% das exportações brasileiras. A economia passa por um processo de "reprimarização", ou seja, de retorno a uma época caracterizada pela exportação de matérias-primas e importação de produtos elaborados.

Geradora de um terço dos empregos, em 1984, a indústria só emprega hoje 17,4% dos trabalhadores – os demais estão em setores como serviços e agronegócio.

China

O grande obstáculo para a indústria nacional, além de juros, câmbio, carga tributária e produtividade, chama-se China. Pesquisa da CNI revela que 45%



José Augusto Fernandes (E), Aginaldo Diniz Filho, o senador Delcídio do Amaral e Luis Aubert Neto: "reprimarização"

das empresas que concorrem com a China no Brasil perderam participação. No mercado externo, 67% das empresas nacionais que competem com a China ficaram sem seus clientes.

Um dos setores que mais sofrem com essa concorrência é o de vestuário, cujas importações cresceram 16 vezes de 2003 a 2011. O presidente do conselho de administração da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Aginaldo Diniz Filho, estima em 200 mil o número de postos de trabalho que deixarão de ser criados, este ano, em função do déficit da balança comercial no setor.

– Esses empregos serão gerados na Ásia – disse.

Defesa

O presidente do conselho da Abimaq sugeriu uma série de medidas de defesa comercial, em busca de uma competição isonômica, como a aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 176/08) que dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à regulamentação técnica federal.

O objetivo é barrar, ainda nos portos, a importação de produtos que não passem nos testes de conformidade do Inmetro. Hoje, segundo Diniz, o

Inmetro só pode tomar alguma providência quanto a esses produtos depois que eles entram no mercado brasileiro.

Para demonstrar a importância dessa proposta, que se encontra na CAE, o presidente da Abimaq afirmou que a Alemanha barra tecnicamente a entrada de carros chineses no país, sob alegação de que eles não cumprem uma série de normas de segurança.

O relator na CAE é Eduardo Suplicy (PT-SP), que pediu a opinião dos participantes do debate antes de dar seu parecer. A Receita Federal já se manifestou contrária à aprovação.

Jarbas questiona participação do BNDES em fusão

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) afirmou que a participação do BNDES em uma possível fusão entre os hipermercados Pão de Açúcar e Carrefour é inadequada, questionável e não interessa ao Brasil.

Para o senador, o Cade deveria barrar a fusão, que causaria "extrema concentração" no setor varejista brasileiro, prejudicando a livre concorrência e criando "um poderoso cartel" no ramo supermercadista.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Ana Amélia pede apoio a projeto de refinanciamento

Ana Amélia (PP-RS) pediu em discurso apoio para o projeto de lei de sua autoria (PLS 73/11) que autoriza a União a refinar as dívidas relativas a essas ordens judiciais de pagamento de estados, municípios e do Distrito Federal.

Ela protestou em Plenário contra o não pagamento de precatórios por estados e municípios a pessoas físicas e jurídicas.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Marta diz que cidade de São Paulo está parando

Marta Suplicy (PT-SP) manifestou sua preocupação com a situação social e econômica da capital paulista. A senadora criticou a prefeitura que, segundo ela, não atualiza cadastros e não adere a programas sociais do governo federal. A senadora disse que há muitas famílias em situação de fragilidade e "completamente abandonadas", sem programas sociais adequados.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Luiz Henrique quer união em defesa da indústria e do emprego

Um dos autores do requerimento para a audiência pública, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) propôs a unificação dos movimentos em defesa da indústria nacional e do emprego. Ele sugeriu também a realização de campanhas publicitárias e de atos públicos, além de debates com diversas áreas dos ministérios que possam ajudar a soerguer a indústria nacional.

O senador Armando Monteiro (PTB-PE), outro autor do requere-

mento, cobrou do Executivo medidas em busca da desoneração dos investimentos e uma agenda de desenvolvimento de competências, assentada na inovação e na educação.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) também destacou que um dos problemas da indústria nacional é a falta de um grande esforço de inovação e sugeriu a realização de audiências na Comissão de Assuntos Econômicos sobre o tema.

Para Blairo Maggi, câmbio vai "matar" a economia nacional

O senador Blairo Maggi (PR-MT) disse que a política cambial vai acabar com a economia brasileira, se não forem adotadas novas medidas na área. Segundo ele, mesmo o agronegócio – que hoje lidera a pauta de exportações – deixará de ser competitivo se o real continuar valorizado e o dólar chegar a R\$ 1,20, como se prevê.

Blairo Maggi disse que uma de suas empresas adquiriu recentemente pás-carregadeiras da China por um terço do preço das similares nacionais, o que, segundo ele, mostra os efeitos negativos da política cambial.

– O governo usa o câmbio para segurar a inflação, mas, na verdade, está matando a economia nacional – disse.

Relatório da LDO deve ser votado na terça-feira

O dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012 que prevê a contratação de obras e serviços com valores unitários até 20% superiores à média do mercado será retirado do texto do relatório a ser votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que marcou quatro horários de reuniões na terça-feira.

Também será excluído do relatório dispositivo que autoriza alterações contratuais de obra ou serviço que impliquem acréscimos, reduções ou supressões, desde que não ultrapassem 25% do valor inicial.

Essas eram duas das princi-

pais reivindicações dos partidos de oposição que vinham declarando obstrução à leitura do relatório, concluída ontem na CMO. As alterações foram anunciadas pelo relator, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG).

Reservas

O relatório propõe ainda a criação de uma reserva de 1% da receita corrente líquida da União (R\$ 6 bilhões) para atender às emendas parlamentares. Também sugere a criação de reserva de 0,1% (R\$ 600 milhões) para garantir o atendimento de proposições oriundas do

Congresso Nacional.

O substitutivo a ser votado também recomenda prazo de 90 dias para que o Executivo estabeleça procedimentos padronizados e simplificados a serem adotados para transferências voluntárias cujo convênio ou contrato de repasse não ultrapasse R\$ 500 mil. O relatório também abranda o valor das contrapartidas exigidas dos demais entes da Federação quando da realização das transferências voluntárias.

Para a quarta-feira, foram marcadas reuniões da CMO às 14h30, 18h, 20h e 22h. Na quinta-feira, a comissão deve-



O relator, deputado Márcio Reinaldo, e o presidente, senador Vital do Rêgo

rá se reunir às 10h e às 14h. O relatório da proposta orçamentária precisa ser aprovado pelo Plenário do Congresso Nacional até o dia 17, quando terá início o recesso parlamentar da instituição.

A leitura do relatório resul-

tou de acordo das lideranças partidárias. Ficou acertado que a proposta orçamentária seria lida e que a sessão seria encerrada em seguida, ficando adiadas para a próxima semana a discussão e a votação do relatório.

Lia de Paula/Senado Federal